



SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EXISTENTES E DAS QUE VIEREM A SURGIR NO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO NA COMARCA DE NOVA SERRANA/MG

EDITAL 02/2020

O Juiz de Direito Dr. Rômulo dos Santos Duarte, Diretor do Foro da Comarca de Nova Serrana, no exercício das atribuições que lhe são conferidas, torna pública a abertura de inscrições para a seleção pública para provimento de vagas existentes e das que vierem a surgir no prazo de validade deste concurso de estagiários do curso de graduação em Direito na Comarca de NOVA SERRANA/MG, nos termos deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Poderão participar da seleção pública, estudantes dos cursos de graduação em Direito, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da Portaria Conjunta nº 297, de 2013.

1.2 A carga horária para a realização do estágio é de 30 (trinta) horas semanais, com jornada diária de 6 (seis) horas diárias.

1.3 O estagiário fará jus ao recebimento de bolsa de estágio que, atualmente, possui o valor de R\$ 1.047,00 (um mil e quarenta e sete reais) e, também, de auxílio-transporte, em pecúnia, em quantia equivalente a dez por cento do valor da bolsa de estágio.

1.4 A participação na presente seleção pública é aberta aos estudantes do curso de Direito interessados que cursam do 3º ao 9º período do curso, sendo que a admissão do candidato aprovado está condicionada ao cumprimento de requisitos quanto a período acadêmico mínimo e máximo para ingresso e à comprovação da regularidade documental do convocado.

2. DAS VAGAS E DOS CURSOS

2.1 A seleção pública é destinada à **formação de cadastro reserva** de vagas de estágio de graduação nas Secretarias e nos gabinetes da 1ª Vara Cível e Juizado Especial Cível, 2ª Vara Cível e Juizado Especial Cível, 1ª Vara Criminal e Execução Penal e 2ª Vara Criminal e da Infância e Juventude, todas de Nova Serrana, para as vagas que surgirem durante o período de validade da seleção pública.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas no período de **20/11/2020 a 09/12/2020, das 12 às 17 horas (horário de Brasília)**, na Sala de Administração (sala 209) do Fórum da Comarca de Nova Serrana, situada na Av. Coronel Pacífico Pinto, 281, Bairro Fausto Pinto da Fonseca.

3.1.1 A inscrição poderá ser realizada **pessoalmente ou por procuração**, devendo o estudante de direito ou seu constituinte/representante, mediante apresentação de instrumento de procuração, comparecerem ao local



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

da inscrição munido dos documentos de identidade (Registro Geral), CPF ou qualquer outro de identificação do candidato, com foto, cujas informações prestadas sobre os dados pessoais serão de inteira responsabilidade do inscrito.

3.2 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea, assim como por via postal, fax ou correio eletrônico ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

3.3 Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

4. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS:

4.1 Os candidatos com deficiência, inscritos nesta modalidade, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo inciso VIII do artigo 37 da Constituição da República, de 1988, bem como pelo artigo 37 do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações posteriores, que regulamenta a Lei nº 7.853, 14 de outubro de 1989, e pela Lei Estadual nº 11.867, 28 de julho de 1995, é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas, conforme estabelecido neste Edital.

4.2 Nos termos da Lei Estadual nº 11.867, de julho de 1995, 10% (dez por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas, dentro do prazo de validade deste certame serão reservadas aos candidatos portadores de deficiência aprovados na Seleção Pública regida por este Edital.

4.3 O percentual de vagas para os candidatos inscritos como portadores de deficiência será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que, se este for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

4.4 A quinta, a décima quinta, a vigésima quinta vagas e assim sucessivamente, ficam destinadas aos candidatos inscritos como deficientes, no prazo de validade da seleção pública.

4.5 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá declarar-se com deficiência, no momento da inscrição.

4.6 O candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, de acordo com a legislação aplicável e o previsto neste edital.

4.7 Para fins de identificação da deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº 7.853, de 14 de outubro de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmula 377 do STJ.

4.8 Caso não existam candidatos com deficiência classificados em número suficiente para preenchimento das vagas existentes e que vierem a surgir no prazo de validade da seleção pública, serão convocados estudantes da lista geral.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

4.9 Os estudantes com deficiência que necessitam de condição especial para a realização da prova deverão solicitar a referida condição quando da inscrição.

4.10 O candidato que por alguma razão necessitar de condições especiais para a realização das provas, deverá apresentar no Fórum da Comarca de Nova Serrana, situado na Av. Coronel Pacífico Pinto, 281, Bairro Fausto Pinto da Fonseca, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data de realização das provas, requerimento por escrito, datado e assinado, indicando as condições de que necessita para a realização das provas e as razões de sua solicitação.

4.11 A concessão das condições diferenciadas fica condicionada à possibilidade técnica de atendimento examinada pela Direção do Foro.

4.12 A não solicitação de condições especiais para a realização da prova, conforme disposto neste Edital, implicará a não concessão destas ao candidato, não lhe cabendo qualquer reivindicação a esse respeito no dia da prova ou posteriormente, seja qual for o motivo alegado.

4.13 A relação dos candidatos que tiverem indeferidos os pedidos de condições diferenciadas ficará disponível no quadro de avisos do fórum da Nova Serrana, para consulta.

4.14 Os candidatos aprovados na seleção pública que se declararam deficientes deverão apresentar, quando da contratação, atestado médico original que tenha sido expedido em, no máximo, noventa dias a contar da data de entrega, no qual conste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID.

4.15 A critério do TJMG, quando da admissão, o candidato deficiente poderá ser submetido à perícia médica oficial, a ser realizada pela Gerência de Saúde no Trabalho – GERSAT.

4.15.1 A critério da Direção do Foro, poderão ser convocados magistrados e/ou servidores, lotados no setor ou órgão que receberá o estagiário deficiente, para compor comissão multidisciplinar,

4.15.1.1 Caberá à Comissão Multidisciplinar a análise da compatibilidade da deficiência com as atividades de estagiário.

4.15.2 O candidato, que se declarou deficiente quando da inscrição, mas que após a análise do atestado médico e/ou da perícia médica não foi considerado deficiente será excluído da respectiva lista de classificação, passando a figurar apenas na lista geral.

4.15.3 O candidato com deficiência que for reprovado na perícia em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atividades previstas para a vaga oferecida permanecerá na lista até eventual surgimento de vaga compatível com sua deficiência, observado o prazo de validade da seleção pública.

4.15.3.1. Constatada a incompatibilidade da deficiência com qualquer vaga de estágio oferecida pelo Tribunal de Justiça, o candidato será excluído das listas de classificação.



5. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS NEGROS:

5.1 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, no ato da inscrição na seleção pública, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.2 Os candidatos negros, inscritos nesta modalidade, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo artigo 5º, *caput*, da Constituição da República, de 1988, bem como pela Lei 12.990/2014, pela Resolução CNJ nº 203/2015, pelo Decreto nº 9427/2018 e pela Resolução CNJ nº 336/2020, é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas, conforme estabelecido neste Edital.

5.3 30% (trinta por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas, dentro do prazo de validade deste certame serão reservadas aos candidatos negros aprovados na Seleção Pública regida por este Edital.

5.4 O percentual de vagas para os candidatos inscritos como negros será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que, se este for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

5.5 A terceira, a oitava, a décima terceira, a décima oitava, a vigésima terceira vaga e assim sucessivamente, no prazo de validade da seleção pública, ficam destinadas aos candidatos negros inscritos e aprovados nessa condição.

5.6 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

5.7 O candidato inscrito como negro concorrerá concomitantemente às vagas a ele reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua ordem de classificação na seleção pública.

5.8 Além das vagas reservadas aos negros, o candidato poderá optar por concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atender a essa condição.

5.9 Para avaliação da condição de ser preto ou pardo deverá ser verificada a autodeclaração manifestada no ato da inscrição e as características fenotípicas do candidato.

5.9.1 Se após o ato da convocação for constatado que o estudante não é negro (preto ou pardo), a convocação será tornada sem efeito e o nome do candidato será excluído da lista de inscritos como negros e ele passará a concorrer apenas na ampla concorrência.

5.9.2 Ocorrendo a situação descrita no parágrafo anterior, deverá ser oportunizado prazo para o estudante apresentar recurso contra a decisão que o excluiu da lista de candidatos negros, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

5.9.3 Caso o recurso não seja acatado pela autoridade responsável pela seleção pública, este deverá ser encaminhado à COEST – Coordenação de Recrutamento, Seleção e Acompanhamento de Estagiários, que convocará uma comissão de avaliação, a ser designada pelo Tribunal, a qual entrevistará o estudante para aferir a veracidade da autodeclaração de ser preto ou pardo.

5.10 Além das vagas reservadas aos negros, o candidato poderá optar por concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atender a essa condição.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

6.1 É de inteira responsabilidade do candidato a veracidade da informação sobre os dados pessoais, além de todas as demais informações prestadas no momento da inscrição.

6.2 O TJMG exime-se de responsabilidade sobre quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, inexatas ou incompletas fornecidas pelo candidato na Ficha de Inscrição.

6.3 A Ficha de Inscrição é intransferível.

7. DA SELEÇÃO

7.1 A seleção pública para preenchimento das vagas de estágio na comarca de Nova Serrana e formação de cadastro de reserva para vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do certame, **será composta de uma única fase, consistente na realização de uma prova, sem qualquer tipo de consulta, com as seguintes características:**

- 30 (trinta) questões objetivas de direito, dividida em dois grupos, versando sobre conhecimentos específicos em Direito, conforme conteúdo programático contido no Anexo I, sem qualquer tipo de consulta.

- 02 (duas) questões dissertativas, versando, cada uma delas, sobre um dos grupos de disciplinas previstos no ponto 7.1.1 deste edital.

7.1.1 Cada grupo de disciplina da prova de direito conterá 15 questões objetivas e 1 questão discursiva. Os grupos são os seguintes:

- **Grupo I:** Direito Constitucional, Civil (Parte Geral, Obrigações, Contratos, Direito das Coisas, Família e Sucessões), Processual Civil, Direito do Consumidor e Juizado Especial Cível.

- **Grupo II:** Direito Penal, Processual Penal, Infância e Juventude, Execução Penal e Juizado Especial Criminal.

7.1.2 **As provas escritas terão duração de 05 (cinco) horas e ocorrerão dia 11/12/2020, iniciando-se às 13:00 horas, na Faculdade FANS de Nova Serrana, situada na Rua Lígia Rodrigues, 600 - Fausto Pinto da Fonseca, Nova Serrana - MG.**



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

7.2 O tempo de duração das provas abrange também a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas.

7.2.1 Em nenhuma hipótese haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

7.2.2 Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar as provas fora da data, do horário estabelecido ou do local determinado.

7.3 Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a realização das provas com, no mínimo, 15 (quinze) minutos de antecedência do horário fixado para o seu início.

7.3.1 O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e do comprovante de inscrição.

7.4 Será obrigatória a apresentação de documento de identidade oficial com foto, que permita a identificação segura do candidato e com prazo de validade vigente, expedidos por órgão público, que, por lei, valham como identidade, para a realização das provas.

7.4.1 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).

7.4.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de motorista (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

7.5 Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

7.7 O candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

7.8 As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (beep, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo smartwatch, gravador, pager, etc.), livros, anotações e similares.

7.9 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento implicará a eliminação automática do candidato.

7.10 Será eliminado da seleção o candidato que não obter pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total da nota.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

7.11 Será eliminado o candidato que:

- a) tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- b) estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a esta Seleção Pública, por qualquer meio, durante a realização da(s) prova(s);
- c) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- d) portar arma no local de realização das provas, ainda que de posse de documento de licença para o respectivo porte;
- e) portar, mesmo que desligados ou fizer uso, durante o período de realização das provas, de qualquer equipamento eletrônico ou de instrumentos de comunicação interna ou externa;
- f) fazer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações;
- g) deixar de atender as normas contidas nos Cadernos de Provas, na Folha de Respostas e demais orientações expedidas, durante a realização das provas;
- h) deixar de entregar a Folha de Respostas das provas objetivas, findo o prazo limite para realização das provas.
- i) registrar a identificação em quaisquer das provas, em local diverso do indicado para tal finalidade.

7.12 Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

7.13 Na correção da Folha de Respostas serão computadas como erros as questões não assinaladas, as que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.

7.14 O candidato não poderá danificar a Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

7.15 Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que possuir qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1 Cada questão da prova objetiva valerá um ponto, sendo 30 (trinta) o total de pontos; cada questão da prova discursiva valerá cinco pontos, sendo quinze o total, somando um total de 40 pontos distribuídos.

8.2 Somente serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos que alcançarem o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de total das questões objetivas.

8.3 Será desclassificado da seleção o candidato que incidir em qualquer das hipóteses abaixo:

a) Não obtiver 50% (cinquenta por cento) do acerto do total das questões objetivas, consideradas em seu conjunto, ou seja, aquele que não acertar, pelo menos, 15 (quinze) questões.

b) Obtiver nota 0 (zero) em qualquer uma das duas questões dissertativas.

8.3.1 Caso haja empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem: a) tiver idade igual ou superior



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

a 60 anos, conforme art. 27, parágrafo único da Lei 10.741/2003; b) Obter maior nota nas disciplinas do Grupo I; c) Obter maior nota nas disciplinas do Grupo II; d) maior idade; e) sorteio.

8.4 Os classificados serão convocados, durante o prazo de validade da seleção, à medida que surgirem vagas, seguindo-se a ordem de classificação.

8.5 A classificação final será divulgada em duas listas, contendo a primeira a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência e negros, e a segunda somente a classificação destes últimos.

9. DOS RESULTADOS

9.1 O gabarito das questões objetivas será divulgado no átrio do Fórum da Comarca de Nova Serrana, na data provável de 16/12/2020.

9.2 Caberá interposição de recurso fundamentado dirigido à Direção do Foro, em relação ao gabarito das questões objetivas.

9.3 O prazo para a interposição dos recursos a que se refere o item 8.1 deste capítulo será de 1 (um) dia útil subsequente à data da divulgação do objeto do recurso.

9.4 Os recursos mencionados no item 8.1 deste Capítulo deverão ser apresentados ao Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Nova Serrana, em 02 (duas) vias, e deverão ser protocolizados e entregues na Secretaria do Juízo do Fórum da Comarca de Nova Serrana.

9.5 Não serão conhecidos os recursos: a) interpostos coletivamente; b) sem a devida fundamentação; e c) intempestivos.

9.6 A decisão terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.

9.7 Em relação às questões discursivas, não caberá recurso.

9.8 Julgados os recursos e após a correção das questões discursivas dos classificados, será divulgada a relação definitiva dos aprovados, na data provável de 18/12/2020.

10. DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS

10.1 - O preenchimento das vagas existentes e das que vierem a ocorrer até o período de validade da seleção pública será realizado de acordo com a ordem de classificação, observado o turno disponível para estágio, registrado na ficha de inscrição, considerada a conveniência administrativa.

10.2 Os candidatos com deficiência serão convocados de acordo com a respectiva lista de classificação, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.





Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

10.3 A convocação para o preenchimento das vagas de estágio na Comarca de Nova Serrana do Estado de Minas Gerais será realizada mediante contato telefônico e envio de e-mail, além de ser afixada no Quadro de Avisos do Fórum local.

10.3.1 Serão considerados para convocação os telefones e *e-mail* registrados pelo estudante quando da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato manter sempre atualizados os dados.

10.4 Todas as tentativas de contato por telefone e por *e-mail* com os candidatos serão registradas pela comarca.

10.5 Será remanejado para o final da lista de aprovados o candidato que:

- a) não se encontrar regularmente matriculado, no momento da admissão, no período mínimo exigido para o estágio;
- b) não for localizado em razão de tentativas fracassadas de contato por endereço eletrônico e telefone;
- c) requerer seu remanejamento para o final da lista de classificação;
- d) após ser convocado, não comparecer ao Fórum da comarca de Nova Serrana no prazo de 02 (dois) dias;
- e) recusar a vaga oferecida.

10.6 Os candidatos serão remanejados para o fim da lista de aprovados por, no máximo, 01 (uma) vez.

10.7 O candidato que desistir formalmente do estágio será excluído da lista de classificação.

10.8 Após ser convocado, o estudante deverá comparecer ao Fórum da Comarca de Nova Serrana, situado na Av. Coronel Pacífico Pinto, 281, Bairro Fausto Pinto da Fonseca, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

10.9 Aceita a vaga para a qual foi convocado, o candidato aprovado terá 07 (sete) dias úteis para providenciar e apresentar a documentação necessária para o ingresso nas atividades de estágio, a saber:

- a) cópia da carteira de identidade e do cadastro de pessoa física do estudante;
- b) declaração original da instituição de ensino superior, contendo informação sobre a matrícula, a frequência regular e o período cursado;
- c) declaração do estudante indicando agência e conta corrente, em estabelecimento bancário definido pelo TJMG, para depósito dos valores relativos à bolsa de estágio e ao auxílio-transporte;
- d) declaração do estudante informando se é parente, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
- e) em se tratando de estudante deficiente, atestado médico original de que conste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao CID, expedido em até noventa dias antes da data de sua entrega.
- f) uma foto 3x4.

10.10 Será eliminado da seleção pública o candidato que recusar-se a observar as condições estipuladas pelo TJMG.

10.11 Durante o período de validade da seleção pública, o candidato aprovado deverá manter seus dados cadastrais (*e-mail*, telefone, endereço, horários disponíveis para realização do estágio, etc) atualizados junto à Direção do Foro, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização dos dados pessoais.



11. DA LOTAÇÃO

10.1 A lotação do candidato convocado é ato discricionário do Juiz Diretor do Foro, dentro dos locais previamente estabelecidos no item 2.1 deste edital.

12. DA VALIDADE DA SELEÇÃO PÚBLICA

12.1 A seleção pública terá validade de 01 (um) ano, a partir da divulgação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da direção do foro da comarca.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Todas as divulgações oficiais referentes ao concurso serão feitas no Quadro de Avisos do Fórum da Comarca de Nova Serrana.

13.2 É vedada a realização de estágio por estudante que possua vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados, que seja policial civil ou militar e que seja titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

13.4 Aplica-se à contratação de estagiário no âmbito do TJMG o disposto no Enunciado Administrativo nº 7, do Conselho Nacional de Justiça, de 21 de junho de 2007.

13.5 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das regras da Seleção Pública, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais comunicados ou instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

13.6 A realização do estágio não estabelece vínculo empregatício do estudante com o TJMG.

13.7 O acompanhamento da divulgação deste Edital e de comunicados relacionados à Seleção Pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

13.8 Não serão aceitas apresentação de documentos via fax, telex, telegrama, correio eletrônico, ou outro meio não especificado neste Edital.

13.9 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos ou documentos após as datas e em desacordo com as formas estabelecidas neste Edital.

13.10 Para contagem do prazo de apresentação de documentos, excluir-se-á o dia da divulgação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que dia útil na Comarca, sendo prorrogado, em caso contrário, para o primeiro dia útil subsequente.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

13.11 A comprovação da tempestividade da apresentação de documentos será feita pela data do protocolo de recebimento ou da postagem do SEDEX nos Correios.

13.12 A Direção do Foro da Comarca de Nova Serrana não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada de documentos quando enviados por SEDEX.

13.13 Informações e orientações referentes à Seleção Pública poderão ser obtidas na Comarca de Nova Serrana, situada na Av. Coronel Pacífico Pinto, 281, Bairro Fausto Pinto da Fonseca. Telefone: 37.3228-1500

13.14 O resultado final da seleção pública será homologado pelo Juiz Diretor do Foro.

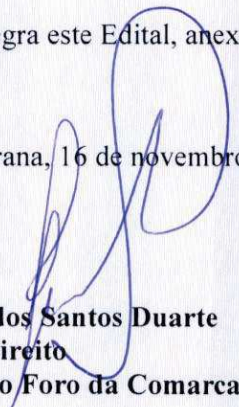
13.15 A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologado o concurso, a anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.16 As ocorrências não previstas neste edital e os casos omissos serão resolvidos pela Direção do Foro da Comarca e, em última análise, pelo Superintendente da EJEF.

13.17 O presente edital será afixado no átrio do Fórum da Comarca de Nova Serrana/MG e encaminhado às Faculdades de Direito da região para divulgação e publicidade.

13.18 Integra este Edital, anexo correspondente ao Conteúdo Programático.

Nova Serrana, 16 de novembro de 2020


Rômulo dos Santos Duarte
Juiz de Direito
Diretor do Foro da Comarca de Nova Serrana



ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO (QUESTÕES OBJETIVAS E DISSERTATIVAS)

GRUPO I

01) **Direito Constitucional:** Preâmbulo, Princípios Fundamentais, Direitos e Garantias Fundamentais. Poder Judiciário. Arts. 01 a 17 e 92 a 126 da CF

02) **Direito Civil:** Parte Geral (artigos 01 a 211); Obrigações e Contratos em geral (artigos 233 a 480); Responsabilidade Civil (artigos 927 a 954); Direito das Coisas (artigos 1.196 a 1.510); Direito de Família (artigos 1.511 a 1.783 do Código Civil); Direito das Sucessões (artigos 1.784 a 2.027).

03) **Direito Processual Civil: Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015)** – Parte Geral (artigos 01 a 317 do novo CPC); Parte Especial – Livro I (artigos 318 a 770 do novo CPC).

04) **Direito do Consumidor:** Lei nº 8.078/90.

05) **Juizado Especial:** Lei nº 9.099/95 e Lei nº 12.153/09

GRUPO II

04) **Direito Penal:** Parte Geral do Código Penal – (artigos 01 a 120 do Código Penal); Dos crimes contra a pessoa; Dos crimes contra a vida; Das lesões corporais; Dos crimes contra o patrimônio: Do furto; Do roubo e da extorsão; Da extorsão mediante sequestro. Legislação Penal Especial: Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; Lei nº 10826, de 22 de Dezembro de 2003.

05) **Direito Processual Penal:** Princípios que regem o processo penal. Aplicação e interpretação da lei processual. Inquérito policial. Jurisdição e Competência. Questões e processos incidentes. Prova. Sujeitos do processo. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão domiciliar. Liberdade provisória. Medidas cautelares diversas da prisão. Fatos e atos processuais. Citação, notificação e intimação. Sentença. Coisa Julgada. Nulidades.

06) **Infância e Juventude:** Lei nº 8.069/90

07) **Execução Penal:** Lei nº 7.210/84



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ANEXO II – CRONOGRAMA

Evento	Data
Inscrições	De 20/11/2020 a 09/12/2020
Prova	11/12/2020, às 13h00
Divulgação do gabarito	16/12/2020
Divulgação do resultado final	18/12/2020